

\* Não pode ser vendido separadamente

Suplemento integrante da edição 4475 do Jornal Correio do Povo do Paraná



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua EXP. João Maria, nº 1020, eqs. Av. Santos Dumont - Centro - Cx. Postal 121 – 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-4100 Fax: (42) 3635-8136  
<http://www.la.pr.gov.br>  
GABINETE DO PREFEITO  
Cidade 2021/2024

PORTARIA Nº 408/2024

13/09/2024

SÚMULA: DESIGNA SERVIDORES COMO FISCALIS E GESTORES DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos) e Decreto Municipal 038/2023 (regulamento fiscais e gestores de contratos),

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores a seguir para exercerem as funções de FISCALIS DE CONTRATOS, firmados pelas Secretarias Municipais abaixo relacionadas:

- I) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**
- MARINA ARAUJO NESI DE QUADROS  
Matrícula: 040622-1
  - JOSELANE DE MIRANDA ALMEIDA  
Matrícula: 037133-1
  - GIANA FRANCO DE ANDRADE  
Matrícula: 41688-1
  - SUPLENTE: PIERINA DOS SANTOS ALMEIDA  
Matrícula: 51080-1

- II) SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE**
- MARCELO DA SILVA PEREIRA  
Matrícula: 44865-1
  - SUPLENTE: MATHEUS BABINSKI TUPICH  
Matrícula: 50041-1

- III) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
- DIRECU DA SILVA JUNIOR  
Matrícula: 028746-1
  - SUPLENTE: JOÃO MARIA DA SILVA  
Matrícula: 51969-1

- IV) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
- MARINICE MARIANO DEBINS  
Matrícula: 028746-1
  - SUZAMARA BATISTA  
Matrícula: 045608-1
  - INGRID FACCHIN GUSTMANN  
Matrícula: 039349-1
  - MARCIA DENIZE LANGHINOTTI MAROCHI  
Matrícula: 29378-1

- GILSON FERREIRA CELLA JUNIOR  
Matrícula: 40657-1
- THAISE DE ALMEIDA GRANZOTTO  
Matrícula: 35297-1
- ZILDA APARECIDA GUERRA  
Matrícula: 42943-1
- SUPLENTE: AURELIO MATTEVI  
Matrícula: 49735-1

- V) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO**
- ALETEIA DE OLIVEIRA DUTRA  
Matrícula: 048810-1
  - SUPLENTE: VAGNER DE OLIVEIRA PRESTES  
Matrícula: 50270-1

- VI) SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**
- DEOMAR DE NEZ  
Matrícula: 037109-1
  - SUPLENTE: GABRIEL MIRANDA GURTAT  
Matrícula: 49743-1

- VII) SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO**
- VILSON RIBEIRO BUENO  
Matrícula: 040223-1
  - CAROLINA GRACIOLI GUIMARÃES  
Matrícula: 48054-1
  - HUELTON KARNOSKI  
Matrícula: 048216-1
  - SUPLENTE: WILLIAN EVALDO PAVLAK  
Matrícula: 48933-1

Fiscal Técnico específico para contratos de Obras e Serviços de Engenharia

- WANDER LUAN BLANK ZENTIL  
Matrícula: 49468-1

- VIII) SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO**
- JACKSON FRANZONI  
Matrícula: 02454-1
  - JEFFERSON PAULO MAIA  
Matrícula: 029106-1
  - LEANDRO ROTH  
Matrícula: 028703-1
  - ADRIANO GROSS DA SILVA  
Matrícula: 035751-1
  - DANIEL CORDEIRO DE SANTANA  
Matrícula: 442881-1
  - MATHEUS MANOEL GUEDES MARTINS  
Matrícula: 042790-1
  - SUPLENTE: ALLAN ROBERTO ZATERA  
Matrícula: 48801-1

- IX) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA DA FAMÍLIA**
- JEAN CARLO FANATO  
Matrícula: 027819-1
  - WILLIAN DE PAULA DUARTE DOS SANTOS  
Matrícula: 52035-1
  - MARCIO ALEXANDRE DE SOUZA  
SUPLENTE: NILSON BRONHOLO  
Matrícula: 036081-1

- X) SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**
- NEILOR JOSÉ SOUTHEIR  
Matrícula: 014532-1
  - SUPLENTE: ERICO FONTANELLA  
Matrícula: 21776-1

- XI) SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- DANIEL MARTINS DOS SANTOS  
Matrícula: 51292-1
  - SUPLENTE: HENRIQUE ARION GIONGO  
Matrícula: 49816-1

- XII) SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**
- GILSON BRAIS CALDAT  
Matrícula: 29793-1
  - SUPLENTE: MANOEL DOUGLAS MARTINS  
Matrícula: 42820-1

- XIII) SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
- ZAIRA DE ARAUJO  
Matrícula: 42331-1

Art. 2º Os fiscais ora nomeados exercerão, entre outras, as atribuições constantes no Decreto Municipal nº 038/2023.

Art. 3º Designar como GESTORES DE CONTRATOS de cada Secretaria Municipal os respectivos Secretários Municipais.


Parágrafo Único: Na ocasião de vacância do cargo de Secretário Municipal o Chefe do Poder Executivo responderá como Gestor de Contratos da respectiva secretaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 196/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 13 de setembro de 2024.



JONATAS FELISBERTO DA SILVA  
Prefeito Municipal



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Prça Rui Barbosa, 01, Centro - CEP: 85.301-420 – Laranjeiras do Sul-Paraná  
Telefone: (42) 3635 - 8139 - e-mail: [educacao@la.pr.gov.br](mailto:educacao@la.pr.gov.br)

PORTARIA Nº 001/2024 – SEMECTI

16 DE SETEMBRO DE 2024

NOMEIA A EQUIPE LOCAL DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR.

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Tecnologia e Inovação, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, inciso I, da Lei Orgânica do Município,

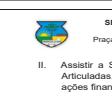
**RESOLVE**

Art. 1º. Fica nomeada a Equipe Local do Plano de Ação através do Decreto Municipal nº 008/2024 de 10/09/2024:

- I. Técnicos da Secretaria Municipal de Educação:
- GIANA FRANCO DE ANDRADE
  - MARINA ARAUJO NESI
- II. Representantes dos Diretores das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal:
- SUHELEN PEPPEPS PAVAN
  - MARINÉS DAMBROSKI FONTANELLA
- III. Representantes dos Professores da Zona Urbana da Rede Pública Municipal de Ensino:
- EVANISSE TOMACHESKI
- IV. Representante dos Professores da Zona Rural da Rede Pública Municipal de Ensino:
- AQUINES NASCIMENTO PAIANO
- V. Representante da Coordenação Pedagógica das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal:
- GISLAINE GONÇALVES DE AZEVEDO
- VI. Representante dos Conselhos Escolares das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal:
- HAMILTON DA PAZ

Art. 2º A Equipe Local é responsável pela elaboração, cadastramento, implementação e monitoramento da execução do Plano de Ações Articuladas, sendo de sua competência:

- I. Promover estudos de demanda, visando o cadastramento no Plano de Ações Articuladas, opinando sobre a viabilidade;



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Prça Rui Barbosa, 01, Centro - CEP: 85.301-420 – Laranjeiras do Sul-Paraná  
Telefone: (42) 3635 - 8139 - e-mail: [educacao@la.pr.gov.br](mailto:educacao@la.pr.gov.br)

II. Assessorar a Secretaria Municipal de Educação na construção do Plano de Ações Articuladas, indicando políticas públicas educacionais necessárias ao município e ações financeáveis, assegurando-lhe suporte técnico e pedagógico;

III. Articular o diálogo com as Instituições da Rede Municipal de Ensino, promovendo o levantamento para a inserção de projetos junto ao Plano de Ações Articuladas;

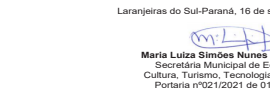
IV. Avaliar a pertinência e relevância das propostas para inserção no PAR, mediante a análise do diagnóstico local;

V. Acompanhar as ações contempladas no PAR, encaminhadas ao FNDE e ao MEC, buscando informações e adotando providências, quando necessário, sobre a análise, aprovação e execução.

Art. 3º. O Dirigente Municipal de Educação exerce a função de coordenação do Comitê Local e da Equipe Local do PAR.

Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


Laranjeiras do Sul-Paraná, 16 de setembro de 2024



Maria Luiza Simões Nunes dos Santos

Secretaria Municipal de Educação

Portaria nº021/2021 de 01/02/2021



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Rua Expedicionário João Maria, 1020 - Centro - 85.301-410  
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8136 ou (42) 3635-8136

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2024-PMLS

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE UMA RODA GIGANTE, CARROSSEL, MINI CAMINHÃO E KID PLAY PLAYGROUND QUE IRÃO COMPOR O PROJETO NATAL ILUMINADO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3- SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-02.


CONTRATADA: MATHEUS VELOSO CHUARETS, inscrita no CNPJ sob o nº 55.889.899/0001-37, situada na Av. José Camargo, nº 1173, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-310, representado pelo Sr. MATHEUS VELOSO CHUARETS, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.587.710-92.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais).

PRazo DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 17 de setembro de 2024.

FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul - Paraná.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

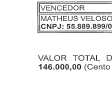
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2024.

No dia 17 de setembro de 2024, após constatação a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, Homologou o Processo de Licitação Modalidade PREGÃO Eletrônico Nº 090/2024, cujo objeto é a PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE UMA RODA GIGANTE, CARROSSEL, MINI CAMINHÃO E KID PLAY PLAYGROUND QUE IRÃO COMPOR O PROJETO NATAL ILUMINADO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, em favor da(s) empresa(s) vencedor(es) pelo critério Menor Preço por Lote:

VENDEDOR	LOTE	VALOR TOTAL R\$
MATHEUS VELOSO CHUARETS	01, 02, 03, 04	146.000,00
CNPJ: 55.889.899/0001-37		

VALOR TOTAL DOS GASTOS COM A LICITAÇÃO PREGÃO Eletrônico Nº 090/2024 R\$ 146.000,00 (Cento e Quarenta e Seis Mil Reais).



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná


Gabinete do Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 412/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo n.º 65, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR, em virtude de aprovação no Concurso Público Municipal nº 001/2023, de Provedor Efetivo no Quadro de Posição de Classe de Provedor Efetivo, para exercer Cargo de Provedor Efetivo no Quadro de Posição de Classe de Provedor Efetivo, o Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3- SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-02.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal


PORTARIA Nº 412/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, usando da competência que lhe confere o Artigo n.º 65, Inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**


NOMEAR, em virtude de aprovação no Concurso Público Municipal nº 001/2023, de Provedor Efetivo no Quadro de Posição de Classe de Provedor Efetivo, para exercer Cargo de Provedor Efetivo no Quadro de Posição de Classe de Provedor Efetivo, o Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, inscrito no CNPJ nº 76.205.970/0001-95, com endereço à Rua Expedicionário João Maria, nº 1020, Centro, Laranjeiras do Sul, Paraná, CEP. 85.301-410, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3.993.368-3- SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.719-02.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul-PR, 17 de setembro de 2024.



Jonatas Felisberto da Silva

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná

Gabinete do Prefeito Municipal


PORTARIA Nº 412/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL-PR, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 65, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e ainda, conforme o estabelecido no Artigo 102, § 3º da Lei Municipal 030/2004 de 15/07/2004:


**RESOLVE**

REINTEGRAR AO QUADRO FUNCIONAL DESTA MUNICIPALIDADE, a Servidora Pública Municipal Estatutária, a Senhora KELLYN NIEDZWIEDZKI, ocupante de Cargo de Provedor Efetivo no quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a contar de 22/09/2024 em razão do término da Licença sem Vencimentos concedida através da Portaria de nº 205/2020 e prorrogada pela Portaria Municipal de nº 244/2022.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul - PR, 17 de setembro de 2024.



Jonatas Felisberto da Silva  
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85550-000  
Fone: (42) 3637-1146

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2024 PMNL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024 PMNL

Objeto: Formação de registro de preços para aquisição de insumos (semente de milho, feijão, adubo formulado e ureia) para compor o Pacote Agrícola safra 2024/2025.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. FABIO ROBERTO DOS SANTOS.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: MAOB COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.178.329/0001-14, com sede na Rua Augusto Meijer, nº 368, Bairro Centro, CEP 85.390-000, na cidade de Virmond, Estado do Paraná, neste ato representada pelo representante legal o Senhor MARCELO ANTONIO OLIVEIRA BECHER, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.447.249-88, portador(a) da Carteira de Identidade nº 8.826.231-00, com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s):

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	An	Qtd	Preço	Preço total
1	1	SEMENTES DE FEIJÃO PRETO CERTIFICADA, desenvolvida no regime de no estado, com tratamento fungicida, inseticida e bactericida, por meio de colheita de 60 kg de feijão em crescimento intermediário, cor da semente verde escura, cor da casca rosa e/ou marrom, com emergência de 90 dias, emergência até maturação 88 dias. Sementes puras, seleção, peso de 1000 sementes variando de 250 a 260 gramas	BRUTAL	02	22,00	164,00	16.808,00
TOTAL:							16.808,00


1.1. O VALOR DA ATA é de R\$ 16.808,00 (Dezoito mil oitocentos e oito reais).

1.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento deste Município para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2024	20.655.0011.2091	4370	000	3.3.90.32.00.00
2024	18.423.0013.1094	5010	000	3.3.90.32.00.00

1.3. A presente Ata de Registro de Preços terá O prazo de validade desta ata será de 1 (um) ano a contar da sua assinatura, de 16 de setembro de 2024 até 15 de setembro de 2025, com possibilidade de prorrogação por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná. Nova Laranjeiras - PR, 16 de setembro de 2024.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12  
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85550-000  
Fone: (42) 3637-1146

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2024 PMNL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024 PMNL

Objeto: Formação de registro de preços para aquisição de insumos (semente de milho, feijão, adubo formulado e ureia) para compor o Pacote Agrícola safra 2024/2025.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Bairro Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. FABIO ROBERTO DOS SANTOS.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.590.203/0001-50, com sede na Rua José Bonifácio, nº547, Bairro Vila São José, CEP 88430-000, na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, neste ato representada pelo representante legal o Senhor LORIVAL APARECIDO GAVIOLI, inscrito no CPF/MF sob o nº 045.073.368-80, portador(a) da Carteira de Identidade nº 13.422.049-3SSP/SP, com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s):

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	An	Qtd	Preço	Preço total
3	1	ADUBO FORMULADO GRANULADONPK 08-20-20 Adubo formulado granulado sacos com 50 FERTILIZE / ADUBOS quilos da formula (08-20-20) sendo FERTILIZE SC. 50 KG. mínimo (8 N(Nitrogênio), mínimo 20 % P (Fósforo), mínimo 20 % K (Potássio).			SC780,00	178,13	138.941,40
4	1	UREIA GRANULADA Ureia granuladaUREIA - FERTILIZE / ADUBOS sacos com 50 quilos, com mínimo 46% de ADUBOS FERTILIZE SC. 50 KG. (Nitrogênio).			SC780,00	177,34	138.325,20
6	1	ADUBO FORMULADO 50 KG AduboNPK 08-20-15 formulado (08-20-15), sendo: 08% N FERTILIZE / ADUBOS (Nitrogênio), 20% P (Fósforo), 15% K FERTILIZE SC. 50 KG. (Potássio), sacos com 50 kg			SC50,00	170,51	8.525,50
TOTAL							285.792,10

1.1. O VALOR DA ATA é de R\$ 285.792,10 (Duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e noventa e dois reais e dez centavos).


1.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento deste Município para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Exercício da Despesa	Funcional Programática	Conta	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa
2024	20.655.0011.2091	4370	000	3.3.90.32.00.00
2024	18.423.0013.1094	5010	000	3.3.90.32.00.00

1.3. A presente Ata de Registro de Preços terá O prazo de validade desta ata será de 1 (um) ano a contar da sua assinatura, de 16 de setembro de 2024 até 15 de setembro de 2025, com possibilidade de prorrogação por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DO FORO: Comarca de Laranjeiras do Sul, Paraná.

Nova Laranjeiras - PR, 16 de setembro de 2024.




Município de Virmond

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 808 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

=====GABINETE DO PREFEITO=====



Município de Virmond

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 808 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

PORTARIA 100/2024

SÚMULA: Concede Férias ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente o previsto no artigo 79 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,


**RESOLVE**

Artigo 1º. – Conceder férias aos seguintes servidores públicos nos períodos especificados a seguir:

SERVIDOR (A)	DATA FÉRIAS	DIAS
I. LUCAS FAGUNDES SANTANA	16/09/2024 à 20/09/2024	05

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 16/09/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, em 17 de setembro de 2024.




Município de Virmond

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 808 - Centro - CEP 85390-000.  
CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122  
<http://www.virmond.pr.gov.br>

NEIMAR GRANOSKI  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE VIRMOND

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ n.º 95.587.689/0001-09  
Rua Duque de Caxias, nº 5

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Art. 3º - Para os efeitos desta lei considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo, com as seguintes competências:

I – avaliar, propor, discutir e participar da formulação, acompanhar a execução e fiscalizar as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos e a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município;

II – formular planos, programas e projetos da política municipal voltadas à pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à completa implementação e ao adequado desenvolvimento destes planos, programas e projetos;

III– propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas municipais para a promoção e inclusão das pessoas com deficiência, por meio da elaboração do plano diretor de programas, projetos e ações, bem como pela obtenção dos recursos públicos necessários para tais fins;

IV – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais de acesso à saúde, à educação, à assistência social, à habilitação e à reabilitação profissional, ao trabalho, à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer;

V – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, indicando ao Secretário responsável pela execução da política pública de atendimento às pessoas com deficiência as medidas necessárias à consecução da política formulada e do adequado funcionamento deste Conselho;

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

VI– acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a Organizações da Sociedade Civil, atuantes no atendimento às pessoas com deficiência;

VII –acompanhar, mediante relatório de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão das pessoas com deficiência;

VIII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à proteção e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

IX– oferecer subsídios para elaboração de anteprojetos de Lei atinentes aos interesses das pessoas com deficiência;

X – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito às pessoas com deficiência;

XI– incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas sobre a questão das deficiências;

XII – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

XIII – pronunciar-se sobre as matérias que lhe sejam submetidas por meio da Secretaria responsável pelas políticas públicas para as pessoas com deficiência;

XIV – aprovar critérios para o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às pessoas com deficiência que pretendam integrar o Conselho Municipal;

XV – receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às pessoas com deficiência, adotando as medidas cabíveis;

XVI – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XVII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

XVIII – receber de órgãos públicos, entidades privadas ou de particulares todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade;

XIX – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

XX – avaliar anualmente o desenvolvimento municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência visando à sua plena adequação;

XXI – realizar em conjunto com o Poder Executivo, em processo articulado com a Conferência Nacional e Conferência Estadual, a convocação de Conferência Municipal e aprovar as normas de funcionamento da mesma, constituindo a comissão organizadora e o respectivo regimento interno;

XXII – elaborar seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O funcionamento do Conselho, bem como a criação de comissões, grupos de trabalho, regras quanto ao processo eleitoral de representantes da sociedade civil, entre outras, serão definidos em seu Regimento Interno.

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto paritariamente por 08 (oito) membros titulares, sendo 04 (quatro) representantes da organização da sociedade civil e 04 (quatro) representantes de órgãos governamentais, para mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único. Não havendo entidades em quantidade suficiente no município para garantir a alternância no Conselho, será permitida a recondução por quantos períodos se fizerem necessários.

I – os representantes da Sociedade Civil serão oriundos de Entidades organizadas, diretamente ligadas à defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

atendimento da pessoa com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano no município, representantes dos seguintes segmentos:

a)01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência auditiva;

b)01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência visual;

c)01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência física;

d)01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência intelectual;

§ 1º Não havendo no município Entidades representativas dos segmentos estabelecidos nas alíneas a, b, c ou d, do inciso I, a representação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deverá ser composto por pessoa com deficiência (pessoa física), da respectiva área faltante, participante ativamente na defesa e garantia dos direitos do seu segmento.

§ 2º O representante da Entidade deverá preferencialmente ser pessoa com deficiência; II – o Poder Executivo indicará representantes governamentais das seguintes pastas:

I- 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II-01 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;

III- 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

IV- 01 (um) da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Art. 6º - A eleição das Entidades representantes de cada segmento, bem como das Pessoas com Deficiência, dar-se-á preferencialmente em Fórum próprio.

Parágrafo Único. A Entidade eleita oficiará ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, informando o nome de seu titular e suplente.

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Art. 7º - Os representantes dos órgãos Governamentais serão indicados pelas Secretarias que os compõe.

Art. 8º - Cada representante definido no art. 5º terá um suplente com plenos poderes para substituí-lo provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência contará com uma Mesa Diretora, composta de Presidente e Vice – Presidente.

Parágrafo único. O presidente e o vice-presidente serão eleitos entre seus membros para mandato de 01 (um) ano, garantindo a alternância entre os segmentos Sociedade Civil e Governo.

Art. 10 - O secretário executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou pela Secretaria Municipal de Educação e aprovado pelo próprio Conselho.

Parágrafo único. A Secretaria a qual o Conselho estiver vinculado, assegurará a estrutura administrativa, financeira e de recursos humanos necessárias para o adequado desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 11 - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo que, respeitando a eleição de que trata o artigo 6º, homologará e os nomeará por decreto, empossando-os em até 30 (trinta) dias contados da data da eleição.

Art. 12 - As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Art. 13 - Para instalação e composição do primeiro colegiado de Conselheiros, o órgão gestor responsável pelo CMDPD, no prazo máximo de 60 dias, contados da publicação da presente lei, criará comissão paritária para realização de Fórum próprio estabelecido no art.6º, dando-lhe todas as condições de realização.

Art. 14 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD.

§ 1º – O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FMDPD está vinculado diretamente ao Secretário ou Profissional designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou Secretária Municipal de Educação e o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) que será responsável pela elaboração, controle e fiscalização.

§ 2º – O orçamento do FMDPD será uma unidade orçamentária própria e integrará o orçamento geral do município de Porto Barreiro.

§ 3º – A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas ao presente Fundo será feita por dotação consignada na Lei do Orçamento.

Art. 15 - O Fundo ora criado será o captador e aplicador dos recursos destinados à cobertura e/ou complementação de planos, programas, projetos e promoções específicas desse setor, cujo controle será feito através dos respectivos planos obrigatórios de aplicação, aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, tais como:

I – registrar os recursos captados pelo Município, através de convênios ou por doação ao Fundo;

II – registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou pela União em benefício de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência;

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

III– liberar recursos a serem aplicados em ações e benefício das pessoas com deficiência, conforme o plano de aplicação de recursos, aprovados pelo CMDPD.

Art. 16 Constituirão receitas do Fundo:

I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado, vinculados à Política Nacional/Estadual voltados para a Pessoa com Deficiência;

II – transferências de recursos especialmente consignados ao Fundo;

III– receitas resultantes de doações da iniciativa privada, pessoas físicas ou jurídicas;

IV– rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis; V – transferências do exterior;

VI– dotações orçamentárias da União, do Estado e do próprio município, previstas especificamente para o atendimento desta lei;

VII – receitas de acordos, convênios e ajustes com órgãos públicos e da iniciativa privada, destinados ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VIII – valores decorrentes de multas por descumprimento às normas e princípios legais específicos à proteção, assistência e acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Parágrafo único. As normas de acessibilidade, infrações, valores e formas para aplicação das multas no município, serão fixadas por decreto próprio a ser publicado pelo poder executivo.

IX– outras receitas.

X – o saldo positivo do fundo apurado em balanço no término de cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte.

Art. 17 Constituirão despesas do Fundo, entre outras:

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

I – no apoio ao desenvolvimento das ações prioritizadas na política pública voltada para a pessoa com deficiência, aprovadas pelo Conselho Municipal, na forma da lei vigente;

II – no apoio aos programas e projetos de pesquisa, de estudos e de capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de prevenção, habilitação, reabilitação, inclusão, tecnologias assistivas, entre outras e equiparação de oportunidade em favor da pessoa com deficiência;

III– na manutenção da estrutura do Conselho Municipal, bem como nos programas de capacitação permanente dos Conselheiros;

IV– no custeio das eventuais atividades dos Conselheiros, no exercício da função, excetuando-se quaisquer remunerações de caráter laboral;

V – no apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de diagnósticos, controle, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não governamentais voltados para a pessoa com deficiência;

VI– na promoção de campanhas educativas, seminários e demais eventos cuja finalidade seja a defesa, promoção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

VII – no financiamento de ações, programas e projetos da rede socioassistencial que atua no campo da defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência;

Parágrafo único. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos do fundo para manutenção de quaisquer outras atividades que não tenham vinculação com as políticas de defesa e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 18 - Os recursos destinados ao Fundo serão depositados, em conta bancária especial designada "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência", que será movimentada conforme

**MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**Rua das Camélias, 900- Centro. CEP 85.345-000  
CGC 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

planejamento previsto nessa Lei, respeitando todas as demais legislações vigentes sobre movimentação de recursos públicos.

Art. 19 - Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social ou da Secretaria Municipal de Educação o envio ao CMDPD, dos extratos bancários e contábeis, trimestralmente, devendo constar neles a definição individualizada de receitas e despesas efetivamente realizadas, para o controle e aprovação da plenária.

Art. 20 - A Prestação de Contas dos recursos destinados a financiar os Planos de Trabalhos, Programas, Projetos e Promoções apresentados e aprovados, será feita pelas Instituições contempladas ao órgão gestor que após comprovar a aplicação dos recursos liberados, encaminhará ao CMDPD para aprovação da mesma, em cumprimento ao Termo de Parceria Firmado com o Município.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 17 de setembro de 2024.

EMANOEL  
VANDERLEI  
VANDERLEI  
VOLFF:64410412949  
Dados: 2024.09.17  
14:30:56 -03'00'

EMANOEL VANDERLEI VOLFF

Prefeito Municipal



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Porto Barreiro - PR  
Rua Avenida das Flores - Centro. CEP 85.345-000  
CNPJ 14.119.340/001-40 - Fone 3661-1098  
E-mail: secretariadesaude@portobarreiro.pr.gov.br**RESOLUÇÃO Nº 08/2024**

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, no uso das atribuições que lhe confere RESOLVE:

Art. 1º Aprovar Projeto de Instituição de Equipamentos Odontológicos conforme resolução SESA nº 105/2023.

Art.º 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Barreiro, 05 de setembro de 2024.

Tereza Santin

Presidente CMS

Tereza Santin

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

ESTADO DO PARANÁ

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 008/2024 – PMG**

o Município de Goioxim torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 03 de outubro de 2024, na plataforma **COMPRA.S GOV.BR**, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:  
**PAVIMENTAÇÃO E RECAPE ASFÁLTICO EM CBUQ NO TRECHO DA VILA LARA, RUA ELÍSIO DE LARA. Prazo execução: 60 dias.**  
A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal e na plataforma compras.gov.br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Goioxim, 17 de setembro de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA  
Prefeita Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO/PR**CNPJ: 78.279.981/0001-45  
Rua Cinderela, nº 379, Centro, Cep: 85160-000  
Fone/Whats: (42)3636-1185**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2024-PMC- SRP**

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a Lei Federal nº. 14.133/21, Decreto Municipal nº 214/2023, e demais legislações, torna público que fará realizar, às 09H00MIN DO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2024, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2024, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações do edital.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <<http://cantagalo.pr.gov.br>>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal e setor de licitações ou pelo e-mail: [licitacao-cantagalo24@gmail.com](mailto:licitacao-cantagalo24@gmail.com).

Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://comprasbr.com.br/>.

Cantagalo, 17 de setembro de 2024.

GRAZIELE VENSON OKONOSKI

Pregoeira

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 001, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024.****REGULAMENTA A ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E**  
**PREGOIREIRO, EQUIPE DE APOIO, GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS,**  
**NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO**  
**DA CÂMARA DE VEREADORES DE MARQUINHO-PR.****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Marquinho-Pr.

**CAPÍTULO II**  
**DA DESIGNAÇÃO E ATUAÇÃO**  
**SEÇÃO I DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

Art. 2º. No âmbito da Câmara de Vereadores de Marquinho, a licitação será conduzida por agente de contratação e, na modalidade pregão, será conduzida por pregoeiro.

§ 1º. Considera-se agente de contratação – ou pregoeiro, quando na modalidade de pregão – a pessoa designada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, entre servidores efetivos dos

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

quadros permanentes do órgão, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 2º. Para o adequado desempenho de suas atribuições, em matéria de contratação pública, o agente de contratação ou pregoeiro poderá solicitar subsídios e apoio especializado por parte do órgão de assessoria jurídica, nos termos do § 3º do art. 8º e do § 3º do art. 117 da Lei n. 14.133/2021, devendo, para tanto, formular as solicitações de modo objetivo e adequado às competências institucionais daquela unidade.

Art. 3º. O agente de contratação e pregoeiro serão auxiliados por equipe de apoio e responderão individualmente pelos atos que praticarem, salvo quando induzidos a erro pela atuação da equipe.

Art. 4º. Cederá ao agente de contratação e pregoeiro, em especial:

I – tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às demais áreas envolvidas no processo de contratação, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II – acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso;

III – conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e instruir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase de planejamento;

b) verificar a conformidade da proposta melhor classificada com os requisitos estabelecidos no edital, podendo solicitar auxílio ao setor requisitante;

c) verificar e julgar as condições de habilitação;

d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

e) promover o encaminhamento, quando for o caso, aos documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, bem como aos documentos relativos aos procedimentos auxiliares, previstos no art. 78 da Lei n. 14.133/2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§ 1º. A atuação do agente de contratação ou pregoeiro na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 2º. O não atendimento das diligências do agente de contratação por outros setores da Câmara de Vereadores ensejará motivação formal, a ser juntada aos autos do processo.

**SEÇÃO II**  
**DA EQUIPE DE APOIO**

Art. 5º. A equipe de apoio será designada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, para auxiliar o agente de contratação ou pregoeiro, observados os requisitos desta Resolução.

§ 1º. A autoridade competente poderá designar, em ato próprio, suplentes para as ausências ou impedimentos dos titulares.

§ 2º. A equipe de apoio de que trata o caput será composta por, no mínimo, um membro, observando-se as limitações de pessoal da Câmara de Vereadores.

Art. 6º. Compete à equipe de apoio promover o auxílio necessário ao agente de contratação ou pregoeiro, atendendo às ações e diligências determinadas, objetivando a eficiência do procedimento licitatório.

**SEÇÃO III****DOS GESTORES DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

- VIII – propor soluções para regularização das faltas e dos problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- IX – solicitar formalmente ao gestor, esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
- X – monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- XI – em contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, compete ao fiscal atestar a frequência dos terceirizados e apoiar o gestor do contrato, prestando informações sobre a execução contratual.

**CAPÍTULO III**  
**DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES**

- Art. 12.** Os agentes públicos designados para o cumprimento do disposto nesta Resolução deverão preencher os seguintes requisitos:
- I – para exercício da função de agente de contratação e pregoeiro, sejam, preferencialmente, servidores efetivos dos quadros permanentes da Câmara de Vereadores;
- II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e
- III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
- Art. 13.** Deverão ser observados os impedimentos dispostos no art. 9º da Lei n. 14.133/2021, quando da designação do agente público para atuar na área de licitações e contratos e do terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**CAPÍTULO IV****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**Princípio da segregação das funções**

- Art. 14.** O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.
- Parágrafo único.** A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:
- I - será avaliada na situação fática processual; e
- II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:
- a) da consolidação das linhas de defesa; e
- b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.
- Art. 15.** O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Art. 16.** Os agentes da licitação poderão, de forma motivada, solicitar à Mesa Diretora a expedição de normas complementares para a execução desta Resolução, bem como disponibilizar em meio eletrônico, informações adicionais.
- Art. 17.** Os casos omissos decorrentes da aplicação desta Resolução serão dirimidos pela Mesa Diretora.

- Art. 18.** A Câmara Municipal de Vereadores de Marquinho poderá aplicar supletivamente, no que couber, aplicando-se a proporcionalidade, os regulamentos editados pela União, nos termos do art. 187 da Lei n. 14.133/2021.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

- Art. 19.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**MARCIO B. DOS SANTOS**  
Presidente**MACIEL DE QUADROS**  
Vice-Presidente**CARLOS DANIEL VARELA**  
1.º Secretário**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 002/2024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o **enquadramento nas categorias de qualidade comum e de luxo e dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente

**RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- Art. 1º.** Esta Resolução regulamenta o contido no art. 20 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, nas categorias de qualidade comum e de luxo.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- a) ostentação;  
b) opulência;  
c) forte apelo estético; ou  
d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

- a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;
- b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;
- c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;
- d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou
- e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem; e

IV - elasticidade-renda da demanda - razão entre a variação percentual na quantidade demandada e a variação percentual da renda média.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**CAPÍTULO III**  
**CLASSIFICAÇÃO DE BENS**

**Art. 3º.** A Câmara Municipal de Marquinho considerará no enquadramento do bem como de luxo, conforme conceituado no inciso I do art. 2º:

- I - relatividade econômica - variáveis econômicas que incidem sobre o preço do bem, principalmente a facilidade ou a dificuldade logística regional ou local de acesso ao bem; e
- II - relatividade temporal - mudança das variáveis mercadológicas do bem ao longo do tempo, em função de aspectos como:

- a) evolução tecnológica;  
b) tendências sociais;  
c) alterações de disponibilidade no mercado; e  
d) modificações no processo de suprimento logístico.

**Art. 4º.** Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:

- I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou
- II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

**CAPÍTULO III**  
**VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE BENS DE LUXO E FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS**

**Art. 5º.** É vedada a aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, nos termos do disposto nesta Resolução.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 6º.** As unidades de contratação dos órgãos e das entidades, em conjunto com as unidades técnicas, identificam os bens de consumo de luxo constantes dos documentos de formalização de demandas antes da elaboração do plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único.** Na hipótese de identificação de demandas por bens de consumo de luxo, nos termos do disposto no caput, os documentos de formalização de demandas retornarão aos setores requisitantes para supressão ou substituição dos bens demandados.

**CAPÍTULO IV**  
**NORMAS COMPLEMENTARES**

**Art. 7º.** A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Direção Geral e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

**CAPÍTULO V**  
**DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA NORMA**

**Art. 19.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**MARCIO B. DOS SANTOS**  
Presidente**MACIEL DE QUADROS**  
Vice-Presidente**CARLOS DANIEL VARELA**  
1.º Secretário**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 003 DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no art. 34 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente

**RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:****CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I**  
**Objeto e âmbito de aplicação**

**Art. 1º.** Esta Resolução regulamenta o contido no art. 34 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

**§ 1º.** É obrigatória a utilização da forma eletrônica nas licitações de que trata este Regulamento.

**§ 2º.** Será admitida, excepcionalmente, mediante prévia justificativa da autoridade competente, a utilização da forma presencial nas licitações de que trata este Regulamento, desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a vantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, devendo-se observar o disposto nos §§ 2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Seção II**  
**Adoção e modalidades****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 2º.** O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado quando o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que excederem os requisitos mínimos das especificações não forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração.

**Art. 3º.** O critério de julgamento de menor preço ou maior desconto será adotado:

- I - na modalidade pregão, obrigatoriamente;
- II - na modalidade concorrência, observado o art. 2º;
- III - na fase competitiva da modalidade diálogo competitivo, quando for entendido como o mais adequado à solução identificada na fase de diálogo.

**Art. 4º.** Deverá ser observado o disposto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em relação à vedação de participar do procedimento de licitação de que trata este Regulamento.

**Seção III**  
**Definições**

**Art. 5º.** Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se:

- I - lances intermediários:
- a) lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de menor preço; e
- b) lances iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior desconto.

II - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF: ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compr.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para cadastramento dos participantes de procedimentos de contratação pública promovidos pela Câmara Municipal de Marquinho.

**Parágrafo único.** Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**CAPÍTULO II**  
**DOS PROCEDIMENTOS****Seção I**  
**Forma de realização**

**Art. 6º.** A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**§ 1º.** Deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, disponível no site eletrônico a que se refere o caput para acesso ao sistema e operacionalização.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**§ 2º.** Além do disposto no caput, poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros sistemas disponíveis no mercado, desde que sejam previamente aprovados pela autoridade competente sua adoção e tenham o termo de adesão devidamente formalizado.

**§ 3º.** Os eventuais sistemas de que trata o § 2º deverão manter a integração com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 51º do 175 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Seção II**  
**Fases**

**Art. 7º.** A realização da licitação pelo critério do menor preço ou maior desconto observará as seguintes fases sucessivas:

- I - preparatória;  
II - divulgação do edital de licitação;  
III - apresentação de propostas e lances;  
IV - julgamento;  
V - habilitação;  
VI - recusa; e  
VII - homologação.

**§ 1º.** A fase referida no inciso V do caput deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo, desde que expressamente previsto no edital de licitação e observados os seguintes requisitos, nesta ordem:

- I - os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas com o preço ou o maior desconto;
- II - o agente de contratação ou comissão de contratação, quando o substituir, na abertura da sessão pública, deverá informar no sistema o prazo para a verificação dos documentos de habilitação, a que se refere o inciso I, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado da habilitação;
- III - serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes, observado o disposto no § 3º do art. 38; e
- IV - serão convocados para envio de lances apenas os licitantes habilitados.

**§ 2º.** Eventual postergação do prazo a que se refere o inciso II do § 1º deve ser comunicada tempestivamente via sistema, de forma a não cercear o direito de recorrer do licitante.

**§ 3º.** Na adoção da modalidade de licitação diálogo competitivo, na forma do disposto no inciso III do art. 3º, serão observadas as fases próprias desta modalidade, nos termos do art. 32 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Seção II**  
**Parâmetros do critério de julgamento****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 8º.** O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

**§ 1º.** Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos em regulamento, de acordo com o § 1º do art. 34 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**§ 2º.** O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação ou tabela de preços praticada no mercado, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

**Seção II**  
**Da condução do processo**

**Art. 9º.** A licitação, na forma eletrônica, será conduzida pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos termos do disposto no § 2º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único.** A designação e atuação do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação deverão ser estabelecidas de acordo com as regras definidas em regulamento, conforme disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO III**  
**DA FASE PREPARATÓRIA****Seção I**  
**Orientações gerais**

**Art. 10.** A fase preparatória do processo licitatório deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual sempre que elaborado e com as leis orientadoras, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos os documentos e procedimentos necessários de que dispõe o art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observada a modalidade de licitação adotada, nos termos do art. 3º.

**Parágrafo único.** Os preceitos do desenvolvimento sustentável serão observados na fase preparatória da licitação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável, caso existentes.

**Seção II**  
**Orçamento estimado sigiloso****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 11.** Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

**§ 1º.** Para fins do disposto no caput, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 2º.

**§ 2º.** O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

**§ 3º.** Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do edital de licitação.

**Seção III**  
**Do licitante**

**Art. 12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

- I - credenciar-se previamente no SICAF ou, na hipótese de que trata o § 2º do art. 6º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço ou o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, observado o disposto no caput e no § 1º do art. 38, até a data e a hora marcadas para abertura da sessão;
- III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e
- V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**CAPÍTULO IV**  
**DA FASE DE DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO****Seção I**  
**Divulgação**

**Art. 13.** A fase externa da licitação, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do inteiro teor do edital de licitação e de seus anexos no PNCP.

**Parágrafo único.** Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

**Seção II**  
**Modificação do edital de licitação**

**Art. 14.** Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

**Seção III**  
**Eslarecimentos e impugnações**

**Art. 15.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

**§ 1º.** O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

**§ 2º.** A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

**§ 3º.** Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 16.

**§ 4º.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em site eletrônico oficial da Câmara Municipal e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vincularão os participantes e a Administração.

**CAPÍTULO V**  
**DA FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES**

**Art. 16.** Os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação do edital de licitação no PNCP, são de:

- I - 8 (oito) dias úteis, para a aquisição de bens;
- II - no caso de serviços e obras:
- a) 10 (dez) dias úteis, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;
- c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;
- d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrado ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso;

**§ 1º.** O prazo mínimo para apresentação de propostas será de 60 (sessenta) dias úteis na fase competitiva da modalidade licitatória diálogo competitivo, em atenção ao disposto no inciso VIII do § 1º do art. 32 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 1º. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no caput, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos, na forma disposta no art. 22.

§ 2º. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no edital de licitação, para a definição das demais colocações.

§ 3º. Após o reinício previsto no § 2º, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

§ 4º. Encerrada a etapa de que trata o § 3º, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 21.

**Seção IV****Desconexão do sistema na etapa de lances**

Art. 25. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 26. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para a Câmara Municipal, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**Seção V****Crêditos de desempate**

Art. 27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo único.** Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput.

**Capítulo VII****DA FASE DE JULGAMENTO****Seção I****Verificação da conformidade da proposta**

Art. 28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos arts. 32 e 33, a compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 1º. Desde que previsto no edital, a Câmara Municipal poderá, em relação ao licitante proponente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.

§ 2º. O edital de licitação deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado.

§ 3º. A prorrogação de que trata o § 2º, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - de ofício, o critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituído, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

Art. 29. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

§ 1º. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 2º. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 21, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no art. 27.

§ 3º. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

§ 4º. Observado o prazo de que trata o § 2º do art. 28, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado após a negociação.

Art. 30. No caso de licitação em que o procedimento exige apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 31. Desde que previsto em edital, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

**Seção II****Inexequibilidade da proposta**

Art. 32. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

Art. 33. No caso de bens e serviços em geral, é índice de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**Parágrafo único.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que mostre o seguinte:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**Seção III****Encerramento e fase de julgamento**

Art. 34. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o art. 28, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do edital de licitação, observado o disposto no Capítulo VIII.

**Capítulo VIII****DA FASE DE HABILITAÇÃO****Seção I****Documentação obrigatória**

Art. 35. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou em sistemas semelhantes mantidos pela Câmara Municipal.

§ 2º. A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

de abril de 2021, ressalvado inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.

Art. 36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução lida.

**Parágrafo único.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consultados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 37. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Seção II****Procedimentos de verificação**

Art. 38. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

§ 1º. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo agente de contratação, ou comissão de contratação quando o substituir, até a conclusão da fase de habilitação.

§ 2º. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do art. 7º, observado, nesta hipótese, o disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º. Na hipótese do § 2º, serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso III do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 5º. Na hipótese de que trata o § 2º, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital de licitação, após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema eletrônico, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, nas situações elencadas no § 3º do art. 28.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 6º. A verificação pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§ 7º. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no Capítulo X.

§ 8º. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 28.

§ 9º. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o § 7º.

§ 10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 ou outra norma que venha a substituí-la.

**Capítulo IX****DA INTENÇÃO DE RECORRER E DA FASE RECURSAL**

Art. 39. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento dos documentos e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 1º. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 7º, da ata de julgamento.

§ 2º. Os demais licitantes ficados inteiros não se desajearão, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 3º. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

§ 4º. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**Capítulo X****DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**Seção I****Proposta**

Art. 40. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**Seção II****Documentos de habilitação**

Art. 41. A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

Art. 42. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os arts. 40 e 41, o seu reinício ocorrerá após a conclusão das diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os arts. 40 e 41, o seu reinício ocorrerá mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**Capítulo XI****DA FASE DE HOMOLOGAÇÃO**

Art. 43. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Capítulo XII****DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

§ 1º. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

§ 2º. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições previstas no edital de licitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

§ 3º. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 4º. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Câmara Municipal.

§ 5º. A regra do § 4º não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 3º.

**Capítulo XIII****DA SANÇÃO**

Art. 45. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa.

**Capítulo XIV****DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

Art. 46. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Resolução por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 3º. Na hipótese da legalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Capítulo XV****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 47. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observado o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 48. A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Direção Geral e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**MARCIO B. DOS SANTOS**

Presidente

**MACIEL DE QUADROS**

Vice-Presidente

**CARLOS DANIEL VARELA**

1.º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 004 DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no § 1º e § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

**Capítulo I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I****Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º. Esta Resolução regulamenta o contido no § 1º e § 2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

III - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

**Seção II****Definições**

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - Estudo Técnico Preliminar - ETP: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

II - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

III - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

IV - equipe de contratações: conjunto de agentes que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 1º. Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III do caput.

§ 2º. A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais na Câmara Municipal.

§ 3º. Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**Capítulo II****ELABORAÇÃO****Seção I****Diretrizes Gerais**

Art. 3º. O Estudo Técnico Preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

Art. 4º. O Estudo Técnico Preliminar deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável caso exista, além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

Art. 5º. O Estudo Técnico Preliminar, quando exigível, será elaborado pelo agente de contratação disponível na Câmara Municipal, dada a reduzida estrutura, ou, quando houver, pela equipe de contratações de forma conjunta da contratação, observado o § 1º do art. 2º.

**Seção II****Conteúdo**



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 3º: A realização de pesquisa descrito no inciso IV deste artigo poderá ser operacionalizado mediante a realização de pesquisa em sites que comercializam produtos com características similares ao objeto almejado pela Administração, desde que possua os requisitos exigidos no inciso I e IV do art. 3º desta Resolução e contenha as seguintes informações adicionais:

- I - extrato de orçamento obtido via internet conforme modelo padrão confeccionado pela Câmara Municipal, que unifique as informações da fonte de preços pesquisada;
- II - data e hora de acesso da pesquisa;
- III - endereço eletrônico pesquisado; e
- IV - registro (print) do site do fornecedor que comprove a autenticidade do preço pesquisado, bem como a incidência de eventuais custos adicionais caso existam, em conformidade com o art. 4º desta Portaria.

§ 4º: Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

**CAPÍTULO II**  
**METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

Art. 6º. Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, quando este não for feito concomitantemente à pesquisa de preços que trata o § 4º do art. 7º, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º. Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos, pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º. Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo diferença percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º. Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 4º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º. Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º. Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**CAPÍTULO III**  
**REGRAS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS**

Art. 7º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º e seguintes.

§ 1º. Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 5º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro modo idôneo.

§ 2º. Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

§ 3º. Fica vedada a contratação direta por inexigibilidade caso a justificativa de preços demonstre a possibilidade de competição.

§ 4º. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

§ 5º. O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

**CAPÍTULO IV**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de licitação cujo critério de julgamento for por maior desconto.

**Parágrafo único.** O sigilo deve cessar após a homologação do processo licitatório, devendo ser divulgados os documentos que não tenham sido divulgados nas fases anteriores do certame.

Art. 9º. A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Direção Geral e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**MARCIO B. DOS SANTOS**  
Presidente**MACIEL DE QUADROS**  
Vice-Presidente**CARLOS DANIEL VARELA**  
1.º Secretário**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 006 DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no inciso IV do art. 19 e art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento para formalização de contratações diretas, instituir o Sistema de Dispensa Eletrônica e minutas padronizadas para efetivação de contratações diretas, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I**  
**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º: Esta Resolução regulamenta o contido no inciso IV do art. 19 e art. 72 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento para formalização de contratações diretas, instituir o Sistema de Dispensa Eletrônica e minutas padronizadas para efetivação de contratações diretas, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

Art. 2º: Quando do enquadramento de bens, serviços ou obras nos termos das hipóteses de contratação direta, a autoridade competente pela autorização e a autoridade superior responsável pela adjudicação e pela homologação da contratação devem observar o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 337-E do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

**CAPÍTULO II**  
**PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS****Seção I**  
**Fluxos processuais**

Art. 3º: As contratações diretas deverão ser pautar nos princípios arrolados no art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial a eficiência, planejamento,

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

transparência e da celeridade, utilizando-se de toda a instrução de documentos arrolada no art. 4º deste Regulamento.

**Seção II**  
**Instrução do procedimento**

Art. 4º: O procedimento de contratação direta será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I - documento de formalização de demanda - DFD e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada com base em regulamento próprio da Câmara Municipal;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido para o exercício em questão;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão de escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço, se for o caso; e
- VIII - autorização da autoridade competente.

§ 1º: Na hipótese de registro de preços, somente será exigida a previsão de recursos orçamentários, nos termos do inciso IV do caput, quando da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

§ 2º: O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade promotora do procedimento.

§ 3º: A instrução do procedimento deverá, preferencialmente, ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

§ 4º: Quando não for possível a realização do procedimento na forma do § 3º do caput deste artigo, deverá constar no processo a devida justificativa para não adoção do mesmo.

**Seção III**  
**Da tramitação processual**

Art. 5º: As contratações diretas deverão sempre ser convertidas em procedimento administrativo numerado e sequencial e, preferencialmente, pela autoridade competente, por meio de Documento de Formalização de Demanda - DFD, que conterá, ao mínimo, os seguintes elementos:

- I - data da solicitação;
- II - identificação e assinatura do requisitante e indicação do departamento de destinação da contratação;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

III - descrição sucinta dos descritivos dos itens requisitados, que deverá ser complementada, na fase de elaboração dos demais documentos de planejamento da contratação, caso seja necessário;

- IV - quantidade unitária para cada item solicitado;
- V - na hipótese de aquisição, caracterização dos bens nos termos de Regulamento específico;
- VI - apresentação da justificativa da contratação; e
- VII - indicação do agente de contratação e gestor/fiscal do contrato que serão responsáveis, dentro de suas atribuições, pela contratação direta requisitada.

Art. 6º: Munido da DFD, o agente de contratação indicado para a fase interna do procedimento, deverá identificar se a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal caso o mesmo tenha sido elaborado.

§ 1º: Caso a contratação não esteja prevista no Plano de Contratações Anual, o agente de contratação remeterá para o requisitante a solicitação para que insira a mesma no PCA antes de continuar qualquer trâmite processual, ocasião que o requisitante deverá proceder a adequação do PCA e remessa posterior ao órgão remete para continuidade do procedimento.

§ 2º: Na hipótese de o PCA não ter sido elaborado, o trâmite prosseguirá para a próxima fase do procedimento.

Art. 7º: O agente de contratação deverá elaborar o Estudo Técnico Preliminar pertinente, nos termos de regulamento expedido pela Câmara Municipal, se atentando, a cada caso, às hipóteses que o mesmo seja dispensado ou facultativo.

Art. 8º: A elaboração do termo de referência consiste na fase imediatamente posterior, compreendendo as seguintes etapas de execução:

- I - confecção da minuta do termo de referência, considerando todos os itens necessários à sua instrução, previstos na Resolução pertinente expedida da Câmara Municipal;
- II - pesquisa de preços para definição do valor estimado da contratação, conforme parâmetros e metodologias descritos em Regulamento específico da Câmara Municipal;
- III - emissão do parecer contábil que demonstre a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, exceto quando se tratar de registro de preços, quando será necessário apenas a indicação da rubrica orçamentária pré-existente.

IV - emissão de parecer jurídico inicial.

Art. 9º: A pesquisa de preços de que trata o inciso II do caput deste artigo, será materializada em certidão que conterá todos os elementos descritos no Regulamento pertinente, expedido pela Câmara Municipal, se constituindo, juntamente com os documentos comprobatórios das pesquisas realizadas, em anexo do Termo de Referência.

Art. 10: O parecer contábil de que trata o inciso III será solicitado formalmente ao departamento de contabilidade, considerando o valor do fornecedor previamente selecionado para ser contratado.

§ 1º: Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverão ser observados:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

- I - o somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade de gestão; e
- II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

§ 2º: Considera-se ramo de atividade a partição econômica do mercado, identificada pelo nível de subclassificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.

§ 3º: O disposto nos incisos I e II do caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oitto mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 11: Concluídas todas as etapas descritas nos incisos do artigo anterior, o termo de referência será impresso e assinado pelos agentes responsáveis por sua elaboração e eventuais gestores/fiscais, que declararão sua ciência da nomeação contida no DFD, além da autoridade competente, que aprovará o mesmo.

Art. 12: Após a elaboração do termo de referência e de seus eventuais anexos, quando se tratar de dispensa de licitação com fundamento nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá ser realizada a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, nos termos do § 3º do mesmo artigo.

§ 2º: Após a elaboração do documento, o agente de contratação remeterá o procedimento para autoridade competente.

Art. 13: A autoridade superior competente, recepcionando a íntegra dos documentos produzidos, emitirá documento efetuando a abertura do procedimento de contratação, indicando objeto, valor estimado e fornecedor selecionado, remetendo o processo para o órgão de assessoramento jurídico emitir parecer sobre o resultado final do procedimento.

Art. 14: O órgão de assessoramento jurídico, nos termos do § 4º do art. 53 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, efetuará o controle de legalidade do procedimento de contratações diretas, emitindo parecer jurídico final.

Art. 15: Após a emissão do parecer jurídico favorável e, estando em condições do procedimento ser ratificado pela autoridade competente, o termo de ratificação deverá ser produzido e assinado pela autoridade competente, devendo ser publicado pelo agente de contratação no sítio oficial eletrônico da Câmara Municipal e PNCP, conforme o caso.

Art. 16: Após a publicação do procedimento, nos termos do inciso II do art. 1º da Instrução Normativa nº 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou instrumento legal que venha a substituí-lo, o agente de contratação deverá cadastrar a contratação direta no Mural de Licitações do TCE-PR.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

Art. 17: Efetuados todos os procedimentos descritos nos artigos anteriores desta seção, o agente de contratação responsável pelo processo tomará as seguintes providências:

- I - cadastramento no sistema integrado de gestão pública de todos os procedimentos necessários para a ratificação digital do procedimento;
- II - confecção da solicitação de despesa e nota de autorização de despesa no sistema integrado de gestão pública da Câmara Municipal, encaminhando, para tanto, o procedimento ao departamento contábil para elaboração de eventuais empenhos;
- III - elaboração do contrato nos termos das minutas padronizadas desta entidade, providenciando seu envio ao fornecedor e sua posterior publicação e cadastramento no sistema integrado de gestão pública da Câmara Municipal;
- IV - remessa do processo de contratação direta após todas estas etapas para o gestor/fiscal da contratação, para que este entre em contato com os eventuais fornecedores e dê prosseguimento no envio de empenho e à execução contratual.

V - digitalização e publicação de todos os atos aientes a esta seção, nos prazos legais.

§ 1º: O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses: em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços;

§ 2º: As hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO III**  
**SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA****Seção I**  
**Diretrizes Gerais**

Art. 18: O Sistema de Dispensa Eletrônica - ETP, se elaborado, definirá o objeto para atendimento da necessidade, devendo ser elaborado pela equipe de contratações no prazo definido no calendário de contratação, mediante envio do documento de formalização de demanda pela Direção Geral.

§ 1º: Na hipótese de utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

§ 2º: Caso a Câmara Municipal implante a despesa em seu formato eletrônico, poderá celebrar Termo de Acesso ao Comprometido a, conforme disposto na Portaria nº 355, de 9 de agosto de 2019 ou outra que vier a substituí-la.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

§ 3º: Em caso de não utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica descrito no caput deste artigo, poderá ser utilizada ferramenta informatizada própria ou outros sistemas disponíveis no mercado.

**Seção II**  
**Hipóteses de utilização**

Art. 19: A Câmara Municipal poderá utilizar a dispensa de licitação na forma eletrônica nas seguintes hipóteses:

- I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e seguintes do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quando cabível; e
- IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20: Todos os prazos descritos nesta Resolução e seus anexos serão contabilizados em dias úteis para todos os fins.

Art. 21: Considerando o porte deste Município, esta Entidade se enquadra na regra contida no art. 176, da Lei Federal nº 14.133/2023, assim como as disposições que porventura tenham sido reproduzidas nesta Resolução provenientes destes dispositivos legais.

Art. 22: A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Secretaria Administrativa e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

Art. 23: Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**MARCIO B. DOS SANTOS**  
Presidente**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**MACIEL DE QUADROS**  
Vice-Presidente**CARLOS DANIEL VARELA**  
1.º Secretário**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 007 DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o disposto no inciso XXIII do art. 6º e § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I**  
**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º: Esta Resolução regulamenta o contido no inciso XXIII do art. 6º e § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços em geral, no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

**Seção II**  
**Definições**

Art. 2º: Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - Termo de Referência - TR: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os parâmetros e elementos descritos estabelecidos no art. 7º, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação e de contratação direta;

II - Sistema TR Digital: ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para elaboração dos TRs;

III - requisitante: agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

IV - área técnica: agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda, e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza; e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

V - equipe de contratações/ agente de contratação/ agentes/ agente que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento e execução da contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos-operacionais e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

§ 1º: Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso IV do caput.

§ 2º: A definição dos requisitantes, das áreas técnicas e da equipe de planejamento da contratação não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais dos órgãos e das entidades.

§ 3º: Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**Seção III**  
**Sistema TR Digital**

Art. 3º: Os TRs poderão ser elaborados no Sistema TR Digital, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, disponível no endereço eletrônico [www.trdigital.com.br/compras](http://www.trdigital.com.br/compras), para acesso ao sistema e operacionalização.

**Parágrafo único.** Em caso de não utilização do Sistema TR Digital, a elaboração do TR deverá ocorrer em ferramenta administrativa própria, de preferência informatizada (caso a Câmara Municipal disponha deste recurso tecnológico), atendidas as regras e os procedimentos de que dispõe esta Resolução.

**CAPÍTULO II**  
**ELABORAÇÃO****Seção I**  
**Diretrizes Gerais**

Art. 4º: O TR, a partir dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, se elaborado, definirá o objeto para atendimento da necessidade, devendo ser elaborado pela equipe de contratações no prazo definido no calendário de contratação, mediante envio do documento de formalização de demanda pela Direção Geral.

**Parágrafo único.** O TR será utilizado pela Câmara Municipal como referência para a análise e avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

Art. 5º: O TR deverá estar alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável (caso existam), além de outros instrumentos de planejamento da Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0º\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

Art. 6º: O TR será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, quando houver, pela equipe de planejamento da contratação/agente de contratação.

**Parágrafo único:** Serão tratadas das contratações diretas de que tratam os arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, o termo de referência poderá ser elaborado pelo agente de contratação eventualmente nomeado pela autoridade máxima da Câmara Municipal, respeitada a necessária segregação de funções e etapas posteriores do processo, tanto quanto possível considerando a estrutura administrativa do órgão.

**Seção II**  
**Conteúdo**

Art. 7º: Deverão ser inseridos no Termo de Referência as seguintes parâmetros e elementos descritivos:

I - definição do objeto, incluídos:

- a) sua natureza, os quantitativos, o prazo da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) a especificação do bem ou do serviço, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização (caso exista), observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- c) a indicação dos locais de entrega dos produtos e serviços e das



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

V - entidade não participante - órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços;

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que o órgão ou a entidade gerenciadora conduziu os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto do Poder Legislativo e consolida as demandas previamente indicadas pelos entes federados beneficiários, bem a necessidade de manifestação de interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços-IRP;

VII - compra centralizada - compra ou contratação de bens, serviços ou obras, em que a entidade gerenciadora conduziu os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada, mediante prévia indicação da demanda pelos órgãos ou pelas entidades participantes;

VIII - Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF - ferramenta informatizada, integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para cadastramento dos licitantes ou fornecedores de procedimentos de contratação pública promovidos pela Câmara Municipal;

IX - Gestão de Atas - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para controle e gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saídos, e das solicitações de adesão e de remanejamento das quantidades;

X - SRP digital - ferramenta informatizada, integrante do Compras.gov.br, disponibilizada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para o registro formal de preços relativos a prestação de serviços, obras e aquisição e locação de bens para contratações futuras, de que trata o inciso I;

XI - intenção de Registro de Preços - IRP: Procedimento de registro no art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que possibilita à Administração, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

**Parágrafo único:** Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**Seção III****Adoção**

**Art. 3º:** O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarifa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

**Parágrafo único:** O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional;
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

**Seção IV****Indicação limitada a unidades de contratação**

**Art. 4º:** É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

- I - quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;
- II - no caso de alimento perecível; ou
- III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

**Parágrafo único:** Nas situações referidas no caput, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

**Seção V****Sistema de registro de preços**

**Art. 5º:** O procedimento para registro de preços poderá ser realizado no SRP digital, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional, a ser publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**CAPÍTULO II****DA ENTIDADE GERENCIADORA****Seção I****Competências**

**Art. 6º:** Compete à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

- I - quando for o caso, realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;
- II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: a) os quantitativos considerados excessivos; b) a inclusão de novos itens; e c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
- III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;
- IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;
- V - promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal/estadual/municipal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos departamentos internos da Câmara Municipal;
- VI - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, com a entidade gerenciadora entendida pertinente;
- VII - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- VIII - reanexar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 29;
- IX - gerenciar a ata de registro de preços;
- X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- XI - cancelar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
- XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do caput deste artigo, as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendido ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;
- XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF e demais cadastros de aplicação de sanções;
- XIV - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF e demais cadastros de aplicação de sanções; e
- XV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 30, nos termos do disposto no § 3º do art. 30.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

V - promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal/estadual/municipal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos departamentos internos da Câmara Municipal;

VI - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, com a entidade gerenciadora entendida pertinente;

VII - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VIII - reanexar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 29;

IX - gerenciar a ata de registro de preços;

X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

XI - cancelar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

XII - verificar, pelas informações a que se refere a alínea "a" do inciso I do caput deste artigo, as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendido ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF e demais cadastros de aplicação de sanções;

XIV - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF e demais cadastros de aplicação de sanções; e

XV - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 30, nos termos do disposto no § 3º do art. 30.

**§ 1º:** Os procedimentos de que tratam os incisos I a VI do caput serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

**§ 2º:** A entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do caput.

**§ 3º:** Na hipótese de compras nacionais ou centralizadas, a entidade gerenciadora poderá centralizar a aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços para todos os participantes.

**§ 4º:** O exame e a aprovação das minutas do edital, dos avisos ou dos instrumentos de contratação direta e do contrato serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica da entidade gerenciadora.

**§ 5º:** A entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do caput.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

**CAPÍTULO III**  
**DA ENTIDADE PARTICIPANTE**

**Seção I**  
**Competências**

**Art. 7º:** Compete à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

- I - registrar sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada: a) das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar; b) da estimativa de consumo; e c) do local de entrega.
- II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;
- III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
- IV - manifestar, junto à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
- V - auxiliar tecnicamente, por solicitação da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 6º;
- VI - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- IX - os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF e demais cadastros de aplicação de sanções; e
- X - prestar as informações solicitadas pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

**CAPÍTULO IV****DOS PROCEDIMENTOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS****Seção I****Divulgação**

**Art. 8º:** Para fins de registro de preços, a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, caso opte pela participação de órgãos ou

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

entidades no procedimento de contratação, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 6º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 7º.

**§ 1º:** O prazo previsto no caput será contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação da IRP no SRP digital (caso seja utilizada a plataforma) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, de que trata o [art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**§ 2º:** O procedimento previsto no caput poderá ser dispensado quando a entidade gerenciadora for a única contratante.

**Art. 9º:** Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, poderão consultar as IRPs em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.

**Parágrafo único:** Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput.

**Seção II****Da licitação****Subseção I****Critério de julgamento**

**Art. 10º:** Será adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

**Art. 11º:** Poderá ser adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por parte de itens quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.

**Art. 12º:** Na hipótese prevista no art. 11º:

- I - o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e
- II - a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

**Subseção II****Modalidade**

**Art. 13º:** O processo licitatório para registro de preços será realizado na modalidade concorrência ou pregão.

**Art. 14º:** O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e disporá sobre:

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, incluída a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, com a possibilidade de ser dispensada nas hipóteses previstas no art. 4º;
- II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;
- III - a possibilidade de prever preços diferentes: a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes; b) em razão da forma e do local de acondicionamento; c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote; ou d) por outros motivos justificados no processo.

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

V - o critério de julgamento da licitação;

VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto no art. 24 a art. 26;

VII - a vedação à contratação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

VIII - as hipóteses de cancelamento do registro de fornecedor e de preços, de acordo com o disposto nos arts. 27 e art. 28;

IX - o prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

X - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços e em relação às obrigações contratuais;

XI - a estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos ou entidades não participantes, observados os limites previstos nos incisos I e II do caput do art. 31, no caso de o órgão ou a entidade gerenciadora admitir adesões;

XII - a inclusão, na ata de registro de preços, para a formação do cadastro de reserva, conforme o disposto no inciso II do caput do art. 17;

XIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XIV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XVI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XVII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XVIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XIX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXIV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXVI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXVII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXVIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXIX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXIV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXVI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXVII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXVIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXIX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXIV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXVI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXVII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXVIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXIX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXX - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXIV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXVI - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXVII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

XXXXXVIII - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigá-lo a isso, se for o caso;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camamarquinho@hotmail.com

**Art. 21º:** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

**Parágrafo único:** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 34.

**Seção IV****Acrescimos de quantitativos**

**Art. 22º:** A Administração poderá efetuar **acrescimos** nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, desde que providencie a justa motivação do ato administrativo.

**Parágrafo único:** O disposto no caput, quando da utilização do Sistema de Atas, observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Seção V****Controle e gerenciamento**

**Art. 23º:** O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio da ferramenta de Gestão de Atas ou sistema integrado da Administração Pública, quanto a:

- I - os quantitativos e os saídos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

**Parágrafo único:** O disposto no caput, quando da utilização do Sistema de Atas, observará os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

**Seção VI****Alteração ou atualização dos preços registrados**

**Art. 24º:** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "c" do inciso II do caput e do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou atualização sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

**Seção VII****Negociação de preços registrados****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**

RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MAR



**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 8º:** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

**Art. 9º:** O edital e o contrato poderão prever a aplicação de multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º.

**Parágrafo único:** Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51.

**Art. 10:** Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I – tumultuar a sessão pública da licitação;
- II – tumultuar recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social e para aprendiz;
- V – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- VII – não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- VIII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- IX – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- X – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI – utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XII – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIV – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI – não manter atualizado e-mail para o contrato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este não frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 11:** Poderá ser aplicada multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

**Art. 12:** As multas a que se referem os arts. 7º, 9º, 10, 10 e 11 serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

**Art. 13:** A multa prevista no art. 7º pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos arts. 9º, 10 e 11.

**Art. 14:** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar, de forma devidamente justificada, penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

**Art. 15:** A aplicação de multa não será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

**Art. 16:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor da parcela eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

**§ 1º:** A multa inadimplida poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração municipal.

**§ 2º:** A aplicação das sanções previstas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

**Subseção III**  
**Do Impedimento de Licitar e Contratar**

**Art. 17:** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Marquinho, pelo prazo máximo de três anos.

**§ 1º:** A sanção prevista no caput, quando aplicada pelo Poder Executivo do Município, no desempenho da função administrativa, impedirá o sancionado de licitar e contratar com esta Câmara Municipal.

**§ 2º:** A aplicação da sanção prevista no caput não será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

**Art. 18:** A autoridade responsável pela aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar deverá comunicar a imposição da referida penalidade aos demais órgãos e entidades da administração no prazo de dez dias da publicação da decisão irrevogável em âmbito administrativo.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 19:** A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

**Subseção IV**  
**Da Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

**Art. 20:** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 3º, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no art. 17, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**§ 1º:** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a que se refere o inciso XII do art. 3º, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida Lei.

**§ 2º:** A aplicação da sanção prevista no caput não será obrigatoriamente precedida de parecer jurídico.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPETÊNCIA PARA APLICAR AS SANÇÕES**

**Art. 21:** Compete à Direção Geral aplicar as sanções previstas nos incisos I e II do art. 4º.

**Art. 22:** Compete à Presidência da Câmara Municipal ou na ausência destes integrantes da Mesa Diretora na ordem de representação prevista no Regimento Interno, aplicar a sanção prevista no inciso III e IV do art. 4º.

**Art. 23:** Na ausência do agente descrito no art. 21, compete aos agentes previstos no art. 22, da forma elencada, aplicar as respectivas sanções.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS ATOS PROCESSUAIS, DOS PROCEDIMENTOS, DO LOCAL, DO TEMPO E DOS PRAZOS**

**Art. 24:** Os atos processuais serão realizados na sede da Câmara Municipal, em dias úteis, no horário normal de funcionamento.

**§ 1º:** Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiantamento prejudique o curso regular do processo ou cause danos ao interessado ou à administração.

**§ 2º:** Por convenção entre a autoridade competente para aplicar a penalidade ou julgar o recurso e a pessoa notificada ou recorrente, o horário mencionado no caput poderá ser modificado.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 25:** Serão aceitos documentos assinados digitalmente, desde que atendidas as exigências mínimas para utilização de assinaturas eletrônicas nos documentos e nas interações com o Poder Legislativo, nos termos da legislação vigente aplicável.

**Art. 26:** As vias físicas para instrução do processo, quando houver necessidade, deverão ser entregues no departamento responsável pela condução do processo administrativo dias após o envio por e-mail.

**Art. 27:** Os prazos processuais serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em sentido contrário.

**§ 1º:** Considera-se dia útil o dia em que houver expediente, ainda que na modalidade teletrabalho, no departamento onde tramitar o processo de penalidade.

**§ 2º:** Os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- I – os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- II – os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

**§ 3º:** Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

- I – o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;
- II – a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

**§ 4º:** Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

**§ 5º:** Na hipótese do inciso II do § 2º, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.

**Art. 28:** Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

**Art. 29:** A autoridade competente para aplicar a sanção ou julgar os recursos pode suspender o seu andamento por até trinta dias por motivos de interesse público, caso fortuito ou força maior.

**Art. 30:** Não existindo determinação em sentido contrário, os atos processuais devem ser praticados pelos notificados no prazo de 05 (cinco) dias.

**Art. 31:** Todos os prazos previstos nesta Resolução podem ser dilatados até o dobro, mediante pedido do notificado devidamente justificado, com autorização da autoridade competente, quando o prazo se referir a ato que ele deve praticar.

**Parágrafo único:** O pedido de dilação de prazo deve ser realizado até 01 (um) dia antes do seu vencimento.

**CAPÍTULO V****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**DA FORMA DOS ATOS**

**Art. 32:** Os atos e os termos processuais independentem de forma determinada, salvo quando a legislação expressamente o exigir.

**Parágrafo único:** São válidos os atos que, embora realizados de outro modo, preenchem a sua finalidade essencial.

**Art. 33:** Os atos poderão ser praticados por meio eletrônico, salvo quando esta Resolução prescrever forma diversa.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS PROVAS**

**Art. 34:** O notificado pode empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.

**Parágrafo único:** Serão indeferidas as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

**Art. 35:** Cabe ao notificado a comprovação dos fatos alegados em sua defesa.

**Art. 36:** A autoridade competente apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido.

**Art. 37:** Salvo disposição em sentido contrário, será admitida a prova testemunhal.

**§ 1º:** Não será admitida prova testemunhal sobre fatos já provados ou que só possam ser provados por documento ou exame pericial, nem para enleçamento da conduta do processado, quer durante o contrato descumprido ou em outros contratos.

**§ 2º:** Para apresentação da prova testemunhal, deverá ser indicado pelo notificado o fato que pretende comprovar com cada testemunha, no momento de seu arrolamento.

**§ 3º:** Para a prova de cada fato, poderão ser arroladas, no máximo, duas testemunhas.

**§ 4º:** Cabe ao interessado a intimação de suas testemunhas, sendo de responsabilidade deste o comparecimento das mesmas, que só serão ouvidas em data diversa mediante justificativa apresentada à autoridade competente que deverá deliberar o caso.

**Art. 38:** Será admitido o compartilhamento de informações e provas produzidas em outros processos administrativos ou judiciais, caso em que, após a juntada aos autos, será aberta vista ao notificado, ou ao fiscal ou gestor do contrato, para manifestação, pelo prazo de até quinze dias, contados de sua intimação.

**§ 1º:** As informações e provas compartilhadas não se restringem a processos em que figurem partes idênticas, devendo a autoridade competente atribuir à prova o valor que considerar adequado, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**§ 2º:** O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo poderá ser feito à autoridade competente pelo fiscal ou gestor do contrato, pelo notificado, pela Comissão do Processo de Responsabilização ou por qualquer interessado.

**§ 3º:** Cabe à autoridade competente para aplicar as sanções deferir ou não o pedido e dar o devido encaminhamento junto ao juízo competente ou à autoridade administrativa de outro órgão, entidade, Poder ou ente federativo.

**Art. 39:** A autoridade competente para aplicar as sanções previstas nesta Resolução pode determinar, de ofício, a produção de provas ou a juntada delas ao processo.

**CAPÍTULO VII**  
**DA PRESCRIÇÃO**

**Art. 40:** A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela administração, e será:

- I – interrompida pela notificação a que se refere o art. 43 ou pela instauração do processo de responsabilização para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º;
- II – suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensa por decisão judicial ou arbitral, ou qualquer outra, que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**CAPÍTULO VIII**  
**DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 41:** O agente público responsável pelos procedimentos de licitação ou de contratação, na fase anterior à assinatura do contrato, ou o gestor ou fiscal do contrato, ou quem exerça esse função na fase contratual, quando verificar conduta irregular atribuída à licitante ou contratada, deverá comunicar o fato à autoridade competente para apuração e aplicação da penalidade.

**Parágrafo único:** A solicitação de instauração do processo administrativo para apuração da irregularidade deverá conter:

- I – a identificação do licitante ou contratado;
- II – o breve relato da conduta irregular e as cláusulas editalícias ou contratuais descumpridas;
- III – os motivos que justificam a incidência de penalidade administrativa;
- IV – os documentos que provem o relato da conduta irregular, quando houver;
- V – o número do edital, do processo e do instrumento jurídico do contrato ou ata de registro de preços, termo aditivo e nota de empenho que foram descumpridos.

**Art. 42:** A autoridade competente analisará a documentação e, caso entenda necessário, poderá determinar a realização de diligências antes de decidir pela instauração ou não do processo administrativo.

**Parágrafo único:** Ainda que o contrato ou ajuste não tenha custo para o erário, deverá ser instaurado processo administrativo próprio para aplicação de multa.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 43:** Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação.

**§ 1º:** Notificação é o ato emanado pela autoridade competente pelo qual se dá ciência ao interessado da instauração de processo para apuração de cometimento, em tese, de infração administrativa, dando-lhe oportunidade para o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**§ 2º:** A notificação conterá, no mínimo:

- I – a identificação da pessoa jurídica e o número de sua inscrição no CNPJ, ou nome da pessoa física e sua inscrição no CPF;
- II – a indicação de dados referentes ao edital ou contrato, em tese, descumprido;
- III – a descrição sucinta dos atos praticados e cláusulas contratuais ou legais descumpridas, as sanções cabíveis e os percentuais de multa que poderão ser aplicados;
- IV – o prazo para a apresentação da defesa escrita, bem como orientações para que o notificado possa especificar as provas que pretende produzir;
- V – a maneira como deverá se dar o pedido de vistas dos autos;
- VI – a indicação do local e do horário de funcionamento em que a defesa deverá ser protocolizada, caso ela ocorra de forma física;
- VII – a indicação dos elementos materiais de prova da infração e de eventuais agravantes já identificadas;
- VIII – a forma como se dará a ciência ao notificado dos atos e dos termos referentes ao processo, que deverá ser, em regra, por correio eletrônico, exceto no caso em que o notificado for revel;
- IX – a informação de que o processo continuará independentemente da apresentação de defesa.

**§ 3º:** A apresentação de defesa escrita supre qualquer alegação de irregularidade na notificação.

**§ 4º:** Cabe à autoridade notificante informar às seguradoras a instauração do processo de aplicação de penalidade conforme estipulado nas apólices ou documentos correlatos.

**Art. 44:** A notificação será feita, preferencialmente, por meio eletrônico, no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da decisão que determinar a instauração do processo.

**§ 1º:** O notificado deverá confirmar, em até 03 (três) dias, o recebimento da notificação.

**§ 2º:** Não confirmado o recebimento da notificação feita por e-mail, esta ocorrerá pelo correio, pessoalmente ou por publicação no Diário Oficial do Município, nesta ordem, sendo entendido presumido o conhecimento de seu inteiro teor pelo notificado.

**§ 3º:** Quando a notificação se der por publicação no Diário Oficial do Município, o prazo para defesa terá início 05 (cinco) dias após a publicação.

**§ 4º:** Na primeira oportunidade de se manifestar no processo, o notificado deverá justificar de forma clara e fundamentada a ausência de confirmação do recebimento da notificação enviada por e-mail.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**§ 5º:** No caso de notificação pelo correio, será válida a entrega do documento à pessoa com poderes de gestão geral ou de administração da notificada ou, ainda, a funcionário responsável pelo recebimento de correspondências.

**§ 6º:** Na fase de licitação, a notificação será enviada pelo sistema utilizado, se a notificação eletrônica, ou por e-mail ao credenciado ou representante da licitante, se licitação presencial.

**§ 7º:** Na fase contratual, a notificação será enviada por meio eletrônico do preposto responsável da notificada.

**CAPÍTULO IX**  
**DA DEFESA ESCRITA**

**Art. 45:** A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de quinze dias, cujo termo inicial será:

- I – o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por meio eletrônico;
- II – o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;
- III – o primeiro dia após o fim do prazo indicado no § 3º do art. 44, quando a notificação for publicada no Diário Oficial do Município.

**§ 1º:** Incumbe à notificada alegar na defesa escrita, sob pena de preclusão:

- I – inexistência ou nulidade da notificação;
- II – incompetência da autoridade sancionadora;
- III – existência de processo administrativo, em andamento ou já encerrado, com os mesmos fundamentos jurídicos e fáticos;
- IV – decisão judicial que de qualquer forma obste o regular andamento do processo administrativo;
- V – decadência ou prescrição;
- VI – impedimento ou suspeição de membro da Comissão do Processo de Responsabilização;
- VII – as provas que pretende produzir e os fatos que pretenda comprovar;
- VIII – todas as questões e fatos de mérito.

**§ 2º:** Não se consideram equivalentes os processos em curso ou encerrados referentes a fato diverso, ainda que se trate de sanção da mesma natureza da já aplicada.

**CAPÍTULO X**  
**DA COMISSÃO DO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO**

**Art. 46:** Para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º, deverá ser instaurada Comissão do Processo de Responsabilização.

**§ 1º:** A Comissão será composta por dois ou mais servidores que possuam, preferencialmente, no mínimo três anos de tempo de serviço na administração pública municipal.

**§ 2º:** Os membros da comissão serão designados pelo dirigente máximo do órgão, por portaria, que indicará o presidente.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**§ 3º:** São impedidos de participar da Comissão:

- I – servidores que, nos cinco anos anteriores à instauração da comissão, tenham mantido relação jurídica com licitantes ou contratados envolvidos;
- II – servidores que tenham sido fiscais ou gestores do contrato ao qual estiver relacionado a conduta ilícita da qual poderá advir eventual aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 4º;
- III – servidores que, no mesmo contrato ou processo licitatório ou de contratação direta, já tiverem aplicado penalidades à empresa.

**Art. 47:** Incumbirá à Comissão do Processo de Responsabilização:

- I – avaliar fatos e circunstâncias conhecidos;
- II – intimar o licitante ou o contratado para:
- a) no prazo de quinze dias, contados da data da notificação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir;
- b) no prazo de quinze dias, contados da data da intimação, apresentar alegações finais, na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão;
- III – indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- IV – praticar outros atos necessários à instrução processual.

**Art. 48:** Finda a instrução processual, a Comissão do Processo de Responsabilização elaborará relatório, mencionando os fatos imputados, os dispositivos legais e regulamentares infringidos, as penas aplicáveis e as peças principais dos autos, bem como analisará as manifestações da defesa e indicará as provas que embasaram a conclusão, fazendo referência às folhas do processo onde se encontram.

**§ 1º:** O relatório deverá ser conclusivo quanto à responsabilidade ou não do licitante ou contratado e informará, quando for o caso, se houve falta capitulada como crime ou dano aos cofres públicos, sugerindo à autoridade julgadora a remessa de cópia do processo ao setor competente para as providências cabíveis.

**§ 2º:** O processo administrativo, com o relatório da Comissão, será remetido para deliberação da autoridade competente após a emissão do parecer de que trata o art. 20, quando se tratar de sugestão de aplicação da penalidade descrita no inciso IV do art. 4º.

**§ 3º:** Apresentado o relatório, a Comissão ficará à disposição da autoridade responsável pela instauração do processo para prestar qualquer esclarecimento necessário.

**CAPÍTULO XI**  
**DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA**

**Art. 49:** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Resolução e na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou para provocar confusão societária, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO – CEP 85168-000 – MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

**§ 1º:** Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por:

- I – cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa;
- II – transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;
- III – outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial.

**§ 2º:** A competência para decidir sobre a desconsideração da pessoa jurídica é da mesma autoridade competente para decidir sobre a sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§ 3º:** No caso da prática dos atos lesivos, a que se refere o inciso XII do art. 3º, a desconsideração da personalidade jurídica, bem como todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**§ 4º:** Para aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**CAPÍTULO XII**  
**DA SOLUÇÃO DO PROCESSO**

**Art. 50:** O processo será solucionado por decisão da autoridade competente no prazo de até 20 (vinte) dias após encerrada a fase de instrução processual.

**§ 1º:** O ato decisório conterá relatório com os nomes das partes, a identificação do caso, referências ao pedido de instauração do processo, aos fatos e direitos alegados pelo processado e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo, bem como seus fundamentos de fato e de direito, apresentando congruência entre eles de forma argumentativa.

**§ 2º:** A motivação:

- I – expor os fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa;
- II – indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram;
- III – poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão, caso em que serão parte integrante do ato praticado;
- IV – demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

**§ 3º:** A decisão que utilizar de valores jurídicos abstratos, caracterizados pelo alto grau de indeterminação, deverá explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.





**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**CAPÍTULO XIV  
DO CÔMPUTO DAS SANÇÕES**

**Art. 56:** Sobrevida nova condenação, no curso de lapso temporal das sanções para as infrações previstas nos incisos III ou IV do art. 4º, o período da nova sanção será somado ao remanescente.

**§ 1º:** A autoridade competente para aplicar as sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 4º poderá, após ouvir a assessoria jurídica da entidade, limitar os efeitos das sanções aos prazos máximos previstos para cada sanção.

**§ 2º:** Na soma, contam-se as condenações em dias, iniciando o prazo a partir da primeira condenação.

**Art. 57:** São independentes e operam efeitos independentes as infrações autônomas praticadas pelo sancionado quando licitante e quando contratado.

**CAPÍTULO XV  
DA EXECUÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS REGISTROS**

**Art. 58:** Decorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação da apenada ou verificada a coisa julgada administrativa, terá início a execução da sanção imposta e dos registros.

**Art. 59:** A multa será executada da seguinte forma:  
I - descontada do valor de pagamento devido à apenada;  
II - descontada do valor da garantia, se na modalidade caução em dinheiro;  
III - descontada do valor da apólice de seguro ou fiança;  
IV - paga diretamente ao erário, em parcela única ou parceladamente, conforme o rito determinado pelo parecer jurídico que subsidiar a decisão.

**Parágrafo único:** Caso a execução da multa se dê pela forma prevista nos incisos II e III do caput, a pessoa jurídica penalizada deverá complementar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilização.

**Art. 60:** A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias, contados da data da aplicação da sanção da qual não caiba mais recurso, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de aplicação do Cadastro Nacional de Empresas Indóneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, além de cadastrá-las no Tribunal de Contas do Estado respectivo e no Cadastro de Fornecedores da entidade

**CAPÍTULO XVI  
DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Art. 61:** O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos, além da aplicação das sanções

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

previstas nesta Resolução, poderá gerar a extinção unilateral do contrato e os seguintes efeitos:

I - ação imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;  
II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;  
III - execução da garantia contratual, além do pagamento das multas, também para:  
a) ressarcimento da administração pública por prejuízos decorrentes da não execução;  
b) pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias, quando cabível;  
c) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;  
IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração pública municipal e das multas aplicadas.

**§ 1º:** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput ficará a critério da administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**§ 2º:** Na hipótese do inciso II do caput, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente.

**§ 3º:** A retenção de créditos de que trata o inciso IV do caput poderá ser estendida a outros contratos celebrados entre a administração direta ou indireta e o contratante, quando os valores retidos no contrato cuja apuração estiver sendo efetuada não forem suficientes para cobrir a estimativa dos prejuízos causados à administração e das multas aplicadas, até esse limite.

**§ 4º:** Na hipótese prevista no § 3º, cabe a autoridade máxima da Câmara Municipal informar aos demais órgãos ou entidades contratantes os valores e os dados necessários para constar dos documentos de processamento da despesa, evidenciando o processo sancionatório a que se refere a retenção.

**CAPÍTULO XVII  
DA REABILITAÇÃO**

**Art. 62:** É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à administração;  
II - pagamento total da multa;  
III - transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, de declaração de indevidade;  
IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, dentre elas a impossibilidade de que o reabilitado:  
a) esteja cumprindo pena por outra condenação;  
b) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III do caput, a quaisquer das penas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, imposta pela administração direta ou indireta do Município;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

c) tenha sido definitivamente condenado, durante o período previsto no inciso III, por ato praticado após a sanção que busca reabilitar, a pena prevista no inciso IV do art. 4º, imposta por administração direta ou indireta dos demais entes federativos.  
V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único:** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º exigirá, como condição de reabilitação, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**Art. 63:** A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

**Parágrafo único:** Reabilitado o licitante, a administração solicitará sua exclusão no Cadastro Nacional de Empresas Indóneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, além de cadastrá-las no Tribunal de Contas do Estado respectivo.

**CAPÍTULO XVIII  
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 64:** Aplicam-se subsidiariamente a esta Resolução ou, no que couber e na ausência de disposições expressas em contrário:

I - o Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro;  
II - a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal;  
III - a Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil;  
IV - a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;  
V - o Decreto Federal nº 9.830, de 10 de junho de 2019; e  
VI - demais normas correlatas aplicáveis.

**Art. 65:** As disposições desta Resolução só serão aplicadas às licitações e às contratações diretas realizadas sob o regimento da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Art. 66:** Aplicam-se as disposições desta Resolução, e, no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados para os quais não haja regramento específico.

**Art. 67:** A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Secretaria Administrativa e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

**Art. 68:** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**MARCIO B. DOS SANTOS**

Presidente

**MACIEL DE QUADROS**

Vice-Presidente

**CARLOS DANIEL VARELA**

1.º Secretário

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com**RESOLUÇÃO Nº 010 DE 17 DE SETEMBRO DE 2024**

Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO, ESTADO DO PARANÁ, após deliberação em Plenário nos termos regimentais, expede a presente RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Seção I  
Objeto e âmbito de aplicação**

**Art. 1º:** Esta Resolução regulamenta o conteúdo no inciso VII do caput do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual no âmbito da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná.

**Seção II  
Das definições**

**Art. 2º:** Para fins do disposto nesta Resolução, considera-se:

I - autoridade competente - agente público com poder de decisão indicado formalmente como responsável por autorizar as licitações, os contratos ou a ordenação de despesas realizados no âmbito da Câmara Municipal;

II - requisitante - agente ou unidade responsável por identificar a necessidade de contratação de bens, serviços e obras e requerê-la;

III - área técnica - agente ou unidade com conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, responsável por analisar o documento de formalização de demanda e promover a agregação de valor e a compilação de necessidades de mesma natureza;

IV - documento de formalização de demanda - documento que fundamenta o Plano de Contratações Anual, em que a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;

V - Plano de Contratações Anual - PCA - documento que consolida as demandas que a Câmara planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração;

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

VI - equipe de contratações - unidade responsável pelo planejamento, pela coordenação e pelo acompanhamento das ações destinadas às contratações, no âmbito do órgão ou da entidade; e

VII - PGC - ferramenta informatizada integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para elaboração e acompanhamento do Plano de Contratações Anual.

**§ 1º:** Os papéis de requisitante e de área técnica poderão ser exercidos pelo mesmo agente público ou unidade, desde que, no exercício dessas atribuições, detenha conhecimento técnico-operacional sobre o objeto demandado, observado o disposto no inciso III do caput.

**§ 2º:** A definição dos requisitantes e das áreas técnicas não ensejará, obrigatoriamente, a criação de novas estruturas nas unidades organizacionais da Câmara Municipal.

**§ 3º:** Aplicam-se, no que couber, as demais definições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial aquelas elencadas no art. 6º.

**Seção III  
Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações**

**Art. 3º:** O Plano de Contratações Anual poderá ser elaborado no PGC, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional que será publicado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, ou outro órgão que vier a substituí-la.

**Art. 4º:** A Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, poderá fazer uso do PGC disponibilizado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, ou outro órgão que vier a substituí-la, por meio de termo de acesso e adesão de uso da solução digital.

**CAPÍTULO II  
DOS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO DO PCA****Seção I  
Objetivos da elaboração**

**Art. 5º:** A elaboração do Plano de Contratações Anual pela Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, tem como objetivos:

I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;  
II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;  
III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;  
IV - evitar o fracionamento de despesas; e

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

V - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

**Seção II  
Diretrizes gerais**

**Art. 6º:** Até a primeira quinzena de maio de cada exercício, a Câmara Municipal elaborará o seu Plano de Contratações Anual, o qual conterá todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente, incluídas, além das licitações, as contratações diretas previstas do art. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 7º:** O período de que trata o artigo anterior compreenderá a elaboração, a consolidação e a aprovação do Plano de Contratações Anual perante os departamentos pertinentes da estrutura da Câmara Municipal.

**Art. 8º:** Ficam dispensadas de registro no Plano de Contratações Anual:

I - as informações classificadas como sigilosas, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;  
II - as hipóteses previstas nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021; e  
III - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Seção III  
Dos procedimentos aplicáveis**

**Art. 9º:** Para elaboração do Plano de Contratações Anual, o requisitante preencherá o documento de formalização de demanda do PCA com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;  
II - descrição sucinta do objeto;  
III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;  
IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado de pesquisa de preços;  
V - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades da Câmara Municipal;  
VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pela Câmara Municipal na elaboração do PCA;  
VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e  
VIII - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

**Art. 10:** O documento de formalização de demanda do PCA poderá, se houver necessidade, ser remetido pelo requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 11:** As informações de que trata o art. 6º serão formalizadas pelos departamentos da Câmara, conforme cada caso, perante a Secretaria Administrativa até 1º de abril do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual.

**Seção IV  
Consolidação e aprovação pela autoridade competente**

**Art. 12:** Encerrado o prazo previsto no art. 11, a equipe de contratações ou agente responsável, após remessa das informações pela Secretaria administrativa, consolidará as demandas encaminhadas pelos requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

I - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;  
II - adequar e consolidar o Plano de Contratações Anual, observado o disposto no art. 5º; e  
III - elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 13:** A equipe de contratações ou o agente de contratação, concluirá a consolidação do Plano de Contratações Anual até 15 de abril do ano de sua elaboração e o encaminhará para revisão para agente responsável do setor administrativo, que disporá de quinze dias para encaminhar o documento à Presidência da Câmara, para fins de aprovação.

**Art. 14:** Até a primeira quinzena de maio do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, a Presidência da Câmara aprovará as contratações nele previstas, observado o disposto no art. 6º.

**§ 1º:** A autoridade competente mencionada no caput poderá reprovair itens do Plano de Contratações Anual ou devolvê-lo à equipe de contratações/agente de contratação, se necessário, para realizar adequações junto às áreas requisitantes ou técnicas, observado o prazo previsto no caput.

**§ 2º:** O Plano de Contratações Anual aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, observado o disposto no art. 14 e no site oficial da Câmara Municipal.

**CAPÍTULO III  
PUBLICAÇÃO, REVISÃO E ALTERAÇÃO DO PCA****Seção I  
Divulgação do Plano de Contratações Anual**

**Art. 15:** O Plano de Contratações Anual da Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas após sua conclusão.

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Parágrafo único:** A Câmara Municipal disporá, em seu site eletrônico, o endereço de acesso ao seu Plano de Contratações Anual no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo de quinze dias, contado da data de encerramento das etapas de aprovação, revisão e alteração.

**Seção II  
Revisão e alteração do Plano de Contratações Anual**

**Art. 16:** Durante o ano de sua elaboração, o Plano de Contratações Anual poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:

I - no período de 15 de setembro a 15 de novembro do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, para a sua adequação à proposta orçamentária; e  
II - na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, desde que ocorra no mesmo ano da elaboração do PCA, para adequação do Plano de Contratações Anual ao orçamento aprovado para aquele exercício.

**Parágrafo único:** Nas hipóteses deste artigo, as alterações no Plano de Contratações Anual serão aprovadas pela autoridade competente nos prazos previstos nos incisos I e II do caput.

**Art. 17:** Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente, desde que providenciadas as alterações orçamentárias necessárias para consecução das novas inserções.

**Parágrafo único:** O Plano de Contratações Anual atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas, observado o disposto no art. 15.

**CAPÍTULO IV  
DA EXECUÇÃO DO PCA****Seção I  
Compatibilização da demanda**

**Art. 18:** O departamento requisitante, antes de formalizar os documentos de formalização de demanda, verificará se as demandas encaminhadas constam do Plano de Contratações Anual anteriormente à sua execução.

**Parágrafo único:** As demandas que não constarem do Plano de Contratações Anual ensejarão a sua revisão e alteração, caso justificadas, observado o disposto no art. 17.

**Art. 19:** As demandas constantes do Plano de Contratações Anual serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas à equipe de contratações/agente de contratação com a antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida de que trata o inciso V do caput do art. 3º, acompanhadas de instrução processual.

**Seção II  
Relatório de riscos****CÂMARA MUNICIPAL DE MARQUINHO****ESTADO DO PARANÁ**RUA Napoleão Padilha, S/Nº - CENTRO - CEP 85168-000 - MARQUINHO/PR  
TEL/FAX: (0\*\*42) 3648-1134 E-mail: camaramarquinho@hotmail.com

**Art. 20:** Durante o ano de execução do Plano de Contratações Anual, a equipe de contratações, ou agente de contratação responsável, elaborará, relatórios de riscos referentes à provável não efetivação da contratação de itens constantes do Plano de Contratações Anual até o término daquele exercício.

**§ 1º:** O relatório de gestão de riscos terá frequência mínima quadrimestral e sua apresentação deverá ocorrer, no mínimo, nos meses de abril, agosto e dezembro de cada ano.

**§ 2º:** O relatório de que trata o § 1º será encaminhado à autoridade competente para adoção das medidas de correção pertinentes.

**§ 3º:** Ao final do ano de vigência do Plano de Contratações Anual, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos de sua não consecução, e, se permanecerem necessárias, serão incorporadas ao plano de contratações referente ao ano subsequente.

**CAPÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 21:** A Presidência da Câmara Municipal, auxiliada pela Direção Geral e órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno desta Casa poderá editar normas complementares para a execução do disposto nesta Resolução.

**Art. 22:** No tocante ao ano de 2024, por se tratar do primeiro ano de utilização plena da Lei Federal nº 14.133/2021, o Plano de Contratações Anual poderá ser elaborado concomitantemente à execução orçamentária do respectivo exercício.

**Art. 23:** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Marquinho, Estado do Paraná, 17 de setembro de 2024.

**MARCIO B. DOS SANTOS**

Presidente

**MACIEL DE QUADROS**

Vice-Presidente

**CARLOS DANIEL VARELA**

1.º Secretário

**MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR  
PARECER DA AGENTE DE CONTRATAÇÕES E EQUIPE DE APOIO  
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2024**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2024**  
DATA: 28/08/24 ABERTURA: 13/09/24 PROPOSTAS ATÉ: 08h DISPUTA: 09h  
OBJETO: Contratação de obra de engenharia comum para a IMPLANTAÇÃO DE VIAS MARGINAIS NA BR 158/PR E BR 373/PR - 2ª ETAPA, conforme projeto executivo e demais elementos de engenharia decorrente do convênio TRANSFEREGOV Nº 958679/2024/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA.  
A publicação na íntegra dos atos acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.diaorimunicipal.com.br/amp/> - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.

**MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR**  
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024  
Processo Licitatório nº 95/2024, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Sr. Daniel Piroen Larsson, Procurador Municipal, declarando inexistente a licitação nos termos do Artigo 74, caput, do diploma legal invocado, contratação direta por inexigibilidade. Aquisição de 03 (três) ônibus escolares por meio de adesão a Atas de Registro de Preços nº 05 e 08 de 2023, oriundas do Pregão Eletrônico 06/2023 realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com as empresas: ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 36.519.422/0001-15, valor total de R\$ 867.999,00 e VOLKSWAGEN TRUCK & BUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 06.020.318/0001-10, valor total de R\$ 412.000,00. Valor total da inexigibilidade de R\$ 1.279.999,00. Prazo de entrega: até 130 dias corridos. Publique-se. Coronel Vívica, 17 de setembro de 2024. Anderson Manique Barreto, Prefeito

Aditivo nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 247/2023 - Pregão Eletrônico nº 85/2023. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR - Detentora: AUTO POSTO COMETA LTDA, CNPJ/MF sob o nº 75.615.542/0001-78. A alteração, objeto deste aditamento, está embasado nos termos da Cláusula Décima Terceira da Ata de Registro de Preços, bem como, solicitação da detentora, parecer jurídico e Deliberação Superior. Altera-se a redação da Cláusula Décima Terceira para a seguinte redação: "17.2. Será utilizado como referência para o levantamento de preços a Média do Estado do Paraná". Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vívica, 16 de setembro de 2024. Anderson Manique Barreto, Prefeito.

Aditivo nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 248/2023 - Pregão Eletrônico nº 85/2023. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR - Detentora: DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS BASSETTO LTDA CNPJ/M